

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO GROSSO: QUESTÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

SILVA, Elenir Espíndola da.¹

OLIVEIRA, Odenirce da Costa Rodrigues.²

RESUMO

O presente artigo trata de uma análise sobre a proposta curricular da Educação do Campo no município de Rio Verde de Mato Grosso. O interesse pela referida pesquisa suscitou das dificuldades na execução da prática pedagógica. Para tal, buscou-se fundamentos em teóricos como Carvalho (2003) e Arroyo (1999). Constatou-se que está garantido pelo decreto n. 7.352, de quatro de novembro de 2010, o fato que a LDB no artigo 28 reforça a oferta de educação básica para a população rural, a sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região. Conclui-se que apesar de não possuir número de escolas do campo que atenda a demanda da população rural, constatou-se uma educação que caminha progressivamente rumo à renovação pedagógica para melhorias no desenvolvimento educacional dos educandos camponeses.

Palavras-chave: 1. Currículo 2. Educação do Campo 3. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Com ênfase na aprendizagem da língua escrita no campo, focando uma situação da realidade local no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, pressupondo que tal educação tem contemplado aspectos legais conforme a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Deliberação CEE/MS n. 7.111 de 16 de outubro de

¹ Professora Especialista em Educação do Campo e atuante na Educação Básica do município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, E-mail: espindolaespindola7@gmail.com.

² Professora Especialista em Educação do Campo e atuante efetiva na Educação Básica do município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, E-mail: nicer.rv@hotmail.com.

2003. Num momento em que atuávamos como professoras em escola no campo em sala multisseriadas, sentimos uma necessidade de aproximar da realidade dos alunos daquela região, a fim de conquistar sua confiança para melhor desenvolver o trabalho, assim suscitou o interesse de aprofundar um estudo com assuntos pertinentes a Educação do Campo.

Nas experiências vivenciadas, observamos e sentimos a realidade do campo. Como residentes da cidade há muitos anos já possuía muitas informações, porém percebendo a necessidade de pesquisar dados mais exatos e para isso iniciamos com um estudo. Buscando por meio de pesquisa bibliográfica, documental e posteriormente com entrevista na Secretaria de Educação, confirmando os dados e acrescentando outros. Utilizamos também entrevistas na Escola Municipal Mariza Ferzelli, com a diretora, alguns professores e inspetores de alunos, para analisar a preocupação com o desempenho dos alunos do campo.

Em uma das visitas numa extensão de escola do campo, recebemos pela diretora a proposta pedagógica da escola. Da qual observamos se que não há uma proposta curricular específica para o aluno do campo.

Falar sobre educação do campo leva à reflexão sobre os diversos ajustes, inovações e contornos pelos quais passaram as políticas educacionais em vigência. Todas essas mudanças fazem ver a educação com um olhar de esperança e de crédito, frente à tão discutida educação do campo, que busca consolidar ações, pela participação dos representantes dos vários segmentos da sociedade, e tem como objetivo fortalecer a escola e a qualidade do ensino.

Educação do campo: Uma Questão Curricular

Entender a educação do campo é entender os processos que hoje são reveladores de sua objetivação na forma escola do/no campo, nos diferentes níveis e modalidade de escolarização para que a reprodução do analfabetismo seja estancada.

Muitos projetos e programas governamentais estão sendo realizados com o objetivo de contemplarem a educação conforme a constituição e paulatinamente vão se alastrando.

Nos anos de 1980, com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis. A existência de um número reduzido de escolas e o trabalho com conteúdos caracterizados pela ideologia do Brasil urbano fez com que o movimento social iniciasse novas experiências e produzisse

documentos mostrando as necessidades e as possibilidades na construção de uma política pública de educação do campo.

O movimento social questiona o paradigma da educação rural e propõe a educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo. Questiona, em essência, os interesses da classe dominante expressos no paradigma da educação rural e as contradições do modo de produção capitalista. Fernandes et al. (2004, p. 25) afirmam que a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o “(...) sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”. A intenção explícita é resgatar o conceito de camponês. Aprofunda-se a definição de campo como

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (...) (FERNANDES, 2004, p. 137).

Com a concepção colocada pelo autor, tem-se uma ideia de que uma sociedade capitalista não tem dado importância para o verdadeiro sentido do conceito de camponês. Percebe-se a necessidade de aumento nos movimentos sociais dos sujeitos do campo em busca de garantia pelos seus direitos de uma vida digna no seu espaço.

Parece que no sistema de ensino brasileiro a educação foi pensada para dar conta das demandas urbanas, não tinha uma visão de educação significativa para os camponeses. Somente a partir de 1930 que o poder público começa a lançar um olhar para tal, por conta dos movimentos sociais e articulações dos sujeitos envolvidos no campo.

Mas, estes movimentos incorporaram o conceito de Educação do Campo a partir da Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em 1998, em Luziânia (GO), um encontro onde houve a defesa do direito dos povos do campo às políticas compensatórias da educação rural, como explicita Carvalho (2003):

Nessa conferência os movimentos afirmam a educação e a escola do campo na esfera dos direitos humanos, direitos das pessoas e dos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo... Ao lutarem para além do direito da escola, estão resgatando a dignidade dos sujeitos históricos, ao fazerem à luta no campo e do campo, lutam contra a expropriação da terra, a terra que lhes garanta sua reprodução e da sua família. Pelo direito de serem homens iguais, fazerem-se humanamente homens, pela conquista dos direitos humanos, direito a terra, à saúde, e educação... Em luta constante para romper com as “cercas do latifúndio da ignorância e do capital”. Luta que não se restringe apenas ao plano da redução, também ao plano das relações sociais por disputas de projetos de interesses opostos, diversos e antagônicos

(camponeses e proprietários têm significados bem diferentes na história). Campo aberto de disputa de concepções de escola e formação (CARVALHO, M. 2003, pág. 41).

Nesse sentido, a autora retrata um salto significativo, avanços relevantes nas conquistas dos camponeses que reivindicam direitos garantidos. Com esta conferência a Educação do Campo surge no sentido de contribuir para o resgate da formação histórica dos sujeitos camponeses, sujeitos que merecem ser vistos com novos olhares.

No objetivo de valorização do sujeito camponês, surge diversas ações, projetos desenvolvidos que os possibilita apropriação de um conhecimento além do manuseio de ferramentas no desenvolvimento das atividades do seu meio. Até mesmo, porque esse sujeito merece e precisa muito mais que isso: serem reconhecidos como sujeitos que transforma, cria e recria, contribui para o desenvolvimento econômico do país.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/1996 e o fortalecimento das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação) o conjunto das organizações de sujeitos do campo, no âmbito da luta por políticas públicas conquista de avanços significativos. Esse instrumento de luta, junto às ações de diversos movimentos sociais e sindicais do campo vem pressionando sua inclusão na agenda dos governantes.

Com as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, vem se desencadeando um processo de mobilização e envolvimento social, na busca de fortalecer a construção de políticas públicas que garantam o acesso e permanência a Educação de qualidade para os povos do campo.

No início do século XX, foi implantado em maior escala o ensino regular em áreas rurais. Através de movimentos sociais de camponeses em luta por educação, algumas conquistas foram conquistadas. E, mesmo com a Constituição de 88 garantindo o acesso à Educação a todos, sabe-se que falta projetos que atendam a especificidade dos sujeitos do campo.

A legislação educacional brasileira nos oferece ampla base legal para a implementação de políticas públicas que atendam as particularidades da vida rural. Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) abriu-se o debate em torno desta problemática em várias regiões do Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996 (LDB), em seus Art. 23º e 28º, estabelece que os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias para que a educação básica

seja ofertada adequadamente, indicando a possibilidade de definirmos o currículo, a organização da escola, o calendário escolar e metodologias considerando às necessidades dos estudantes face às especificidades do ciclo agrícola, das condições climáticas; e do trabalho no campo. Essas adequações são importantes, pois, a simultaneidade entre trabalho e escolarização no meio rural tem incentivado o fracasso escolar.

No artigo “Educação do Campo no Brasil: Uma Aproximação” publicado por Foerster e Jesus (disponível no ambiente moodle: w.w.w.ead.ufms) descreve que muitos professores que atuam nas escolas do campo não receberam uma formação para lidar com as peculiaridades da região, têm dificuldades de se inserirem em processos de formação continuada, seus salários são inferiores ao dos professores da zona urbana e a formação em nível superior constitui um verdadeiro privilégio aos poucos que conseguem romper com a dura realidade que os cerca. Essas questões vêm sendo objeto de discussões e pesquisas, pois a urgência de um projeto político pedagógico, que favoreça a construção de capital social do homem do campo e que emane da sua realidade sócio-cultural para sua emancipação é, sem dúvida um desafio colocado aos movimentos sociais, aos professores e seus respectivos processos de formação e às políticas públicas. Negar ao homem do campo uma educação própria é continuar reafirmando o elitismo educacional e favorecendo a não democratização do ensino. A luta é pela reafirmação de um campo visto como espaço de vida e por políticas públicas específicas para a população do campesinato, como ficou expresso no documento da II Conferência da Educação do Campo:

Lutamos por um projeto de Sociedade que seja justo, democrático e igualitário; que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se contraponha ao latifúndio e ao agronegócio. [...] lutamos por um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação desempenhe um papel estratégico no processo de sua construção e implementação (DOC. II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004, p.02).

Uma das preocupações levantadas na Conferência foi com relação aos milhões de adolescentes e jovens que estão fora da escola ou em escolas inadequadas às populações do campo e, principalmente, com o deslocamento de crianças, adolescentes e jovens que saem do seu meio e vão para as escolas dos grandes centros urbanos.

Concordando com Reis (2010) em seu artigo publicado em (w.w.w.ead.ufms.ava/educaçãodocampo) quando afirma ser preciso que enquanto educadores/as compreendamos na prática o efeito humanizante, transformador e socializador

exercido pelo processo educativo, importantíssimo no desenvolvimento de novas atitudes e práticas dos sujeitos sociais. Neste sentido, se oportunizarmos aos/as nossos/as alunos/as desde a educação infantil aos cursos de pós-graduação uma formação que os permita compreenderem-se como parte fundamental do processo de geração, ameaça e preservação da vida no nosso planeta, estaremos contribuindo significativamente para a efetivação das possibilidades concretas de garantia da teia da vida, que nos liga as gerações passadas e vindouras.

Não perder esse vínculo, parece ser o grande, se não, o maior desafio da educação, da instituição escola e de todos nós educadores/as, que aliados os segmentos sociais e aos poderes públicos precisamos redirecionar as nossas ações, proposições e visão acerca da nossa pequena trajetória por esse planeta e da grande contribuição que cada um pode dar desde já, na edificação de uma sociedade com bases sustentáveis.

É preciso que cada envolvido no processo, no campo ou cidade, dê a sua contribuição significativa na melhoria do ensino/aprendizagem.

Os movimentos sociais buscam expor as reivindicações e idéias do homem do campo, pois com a união das pessoas que compõem esses movimentos o meio rural só tem a crescer de maneira sólida na luta por educação, respeito, dignidade e sustentabilidade.

No entanto, por muitas vezes a imprensa tem explicitado uma imagem equivocada, de um povo indisciplinado, violentos, invasores e mendigos que invadem propriedade alheias.

Porém, é importante que essa luta não pare e não se intimide, por essas e outras mazelas existentes e acredita-se que a base para este fortalecimento esta na “Educação”.

Educação do Campo e a questão Curricular em Rio Verde de Mato Grosso

Analisando a proposta pedagógica da Escola Municipal Polo Mariza Ferzelli do município de Rio Verde de Mato Grosso Estado de Mato Grosso do Sul, percebe se a carência de uma metodologia e/ou currículo voltados para a Escola do Campo. No entanto, o município tem atendido alunos oriundos do campo na Escola Municipal Mariza Ferzelli, a qual atende todos os alunos do campo da rede municipal bem como alunos da zona urbana. Tal sistema foi adotado devido ao tempo gasto em percorrer várias escolas, onde se priorizou apenas uma escola para reduzir este tempo.

A Escola Municipal Polo Mariza Ferzelli situada na Rua Paulo Hildelbrand n. 41 no bairro Jardim dos Estados no município de Rio Verde de Mato Grosso. Esta instituição

escolar recebe alunos de todos os bairros da cidade inclusive alunos da zona rurais. Funciona nos dois períodos com Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Conta com uma boa estrutura física em vários aspectos para proporcionar um atendimento de qualidade aos alunos do campo, dando-lhe dignidade e respeito para que os mesmo sintam-se a vontade e motivados a fazerem descobertas no mundo do saber e interesse pelos seus estudos.

Figura 1 – Entrada da Escola



Fonte: Autoras, 2014

Alunos matriculados somam 124 (cento e vinte e quatro), sendo distribuídos em linhas de transporte do período matutino, onde temos as seguintes regiões e sua respectiva quantidade de alunos transportados: Matadeira com 13, Colégio Rural 04, Corredor das Araras/Sapé 04, Ipiranga 02, Colônia Paredes 20, Lageado 11, Vô Caetano 11 e Serra Pindavao 11 alunos. E no período vespertino temos as seguintes regiões e sua respectiva quantidade de alunos transportados: Santa Rita 12, Colônia São Luiz 12, Serra da Alegria I 06, Serra da Alegria II 10, Colônia Paredes 11, Barrerinho 07 e Palmeira 07.

O transporte escolar é realizado pela Prefeitura Municipal de Rio Verde de MT em parceria com o Governo do Estado, onde os alunos estão distribuídos nas Escolas: Thomaz Barbosa Rangel (rede estadual), Vergelino Mateus de Oliveira (rede estadual) e Mariza Ferzelli (rede municipal), sendo que a rede municipal oferece ensino do pré ao 5º ano. Destaca se o controle feito diariamente dos alunos que utiliza o transporte escolar como ilustrado pelas fotos 2 e 3.

Figura 2 – Chegada dos alunos



Fonte: Autoras, 2014

Figura 3 – Controle da Chegada dos Alunos



Fonte: Autoras, 2014

As figuras 4 e 5 mostram o atendimento aos alunos do campo, é diferenciado, onde uma equipe de funcionários recepcionam os alunos com um café da manhã a partir das 6 horas e no final do turno matutino é oferecido aos mesmos um almoço, para se prepararem para a viagem de volta. Um serviço similar é oferecido no turno vespertino.

Figura 4 – Café da manhã



Fonte: Autoras, 2014

Figura 5 – Almoço



Fonte: Autoras, 2014

Na entrevista com a diretora, conhecemos algumas características da escola. Segundo ela, é realizado período semi-integral, pois em um contra turno alunos da cidade são atendidos com atividades diversificadas como, jogos esportivos, dança, teatro, círculo de leitura entre outras. Aos alunos do campo é realizado acompanhamento de reforço escolar durante o mesmo turno (ENTREVISTA REALIZADA EM 12/03/2014).

O prédio da escola é de alvenaria e está atualmente distribuído da seguinte forma: 07 (sete) salas de aula, 01 (uma) sala de direção, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) quadra poliesportiva coberta, 01 (uma) despensa para alimentos, 01 (um) depósito de materiais de

limpeza, 02 (duas) salas de informática, 01 (um) refeitório, 02 (dois) banheiros para funcionários, 03 (três) banheiros para meninos, 03 (três) banheiros para meninas e 01 (um) parquinho.

Foto 6 – Quadra Coberta



Fonte: Autoras, 2014

O trabalho de centralização dos alunos do campo na Escola Mariza Ferzelli teve início no ano de 2006, proporcionando aos alunos mais segurança.

O número de professores está dividido em 13 (treze) titulares e 07 (sete) nas demais disciplinas, todos com formação acadêmica, sendo que destes 09 (nove) possuem pós-graduação em áreas específicas e todos participam de formação continuada.

Mesmo não possuindo uma proposta pedagógica com currículo voltado para o campo, a diretoria afirmou que a Instituição realiza projetos com o intuito de motivar os alunos do campo, através de palestra com veterinário repassando sugestões e conhecimento relacionados ao meio rural, como por exemplo: vacinação de animais, pastagens e cuidados com animais domésticos (ENTREVISTA REALIZADA EM 12/03/2014).

Embora a Constituição de 1988 não cite diretamente a educação do/no campo, o artigo 206 prescreve que deve haver “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que a “educação, é direito de todos e dever do Estado e da família” (artigo 205). Apesar da prescrição, entendemos que nunca houve uma igualdade de acesso à escola, com um diferencial às escolas no campo, vistos as dificuldades e carências que as mesmas sofreram durante a história e continuam sofrendo em relação à questão curricular.

No entanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n. 9.394/1996, trouxe em si avanços e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo. O artigo 28 da LDB aponta direcionamento específico à escola do campo. O artigo prescreve que,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Neste sentido a diretoria relata que planeja a implantação de um projeto, a casa do estudante, onde será realizado acompanhamento escolar aos alunos dificuldades. Na casa ocorrerá uma espécie de rodízio por região, em certo período se alojarão pais e alunos de determinada região, onde a manutenção da casa será de responsabilidade do poder público, os pais que estiverem hospedados em determinada semana serão responsáveis pelas crianças e pela alimentação de todos os hóspedes (ENTREVISTA REALIZADA EM 12/03/2014).

Outro benefício da casa do estudante tende a melhorar a Educação do Campo, com a realização de intercâmbios entre alunos da área urbana e do meio rural, no intuito de que os alunos moradores da cidade possam conhecer a vida dos alunos do campo, tendo contato com a fauna e a flora de nossa região pantaneira, acompanhados de professores, funcionários, biólogos e ambientalistas (ENTREVISTA REALIZADA EM 12/03/2014).

A realidade do município de Rio Verde de Mato Grosso é que o número de extensão não contempla com várias escolas no campo, uma vez que a realidade agrícola e o modelo de grandes latifúndios com grande distância entre fazendas. Os alunos das fazendas e comunidades próximas são trazidos para a cidade e é atendido na Escola Municipal Mariza Ferzelli.

Da entrevista com a diretora percebemos que tem grande interesse em construir uma identidade desses alunos para que a escola possa ser significativa a eles, e que a Escola Municipal Polo Mariza Ferzelli possa oferecer uma proximidade com o campo, por intermédio das atividades realizadas, motivando e respeitando suas culturas. Incentivando o intercâmbio dos alunos nos passeios nas fazendas, valorizando a comunidade rural, assim os alunos do meio urbano junto aos do meio rural têm a oportunidade de trocas de saberes e

acontece assim, uma renovação pedagógica, aprender a conhecer, aprender a viver uma realidade nova e diferente, com trocas de experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do campo no Município de Rio Verde de Mato Grosso na Escola Municipal Mariza Ferzelli apesar dos avanços em vários aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos e ou materiais didáticos, ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade também para os cidadãos que vivem no campo.

Como nosso país é marcado pela diferença social, a educação vem a ser o mecanismo capaz de diminuir essas diferenças entre meio urbano e meio rural, que acaba por vezes aumentando o êxodo rural, proporcionando ao camponês desenvolvimento em suas atividades no campo.

Concluimos que é preciso uma reformulação no planejamento do funcionamento das escolas do campo, que atenda as necessidades específicas do educando adequando a eles um currículo peculiar, de acordo com sua realidade local. Além de incorporar não somente ao currículo, mas ao cotidiano da escola, a cultura da justiça social e da paz no projeto político pedagógico de educação do campo que se pretenda emancipatório, uma educação que caminha progressivamente rumo à renovação pedagógica para melhorias no desenvolvimento educacional dos educandos camponeses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 10 maio. 2014.

Caderno de Educação n. 08. Princípios da educação no MST. São Paulo, Janeiro de 1999.

CARVALHO, Marize Souza. Formação de professores e demandas dos movimentos sociais: A universidade necessária. 2003 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Bahia.

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, Brasília, 2002.

FERNANDES, B.M.; CERIOLI, P.; CALDART, R.S. Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-62.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: EGA, 2002 (publicação original em 1996)

SITIOS

REIS (2010) em w.w.w.ead.ufms.ava/educaçãodocampo.